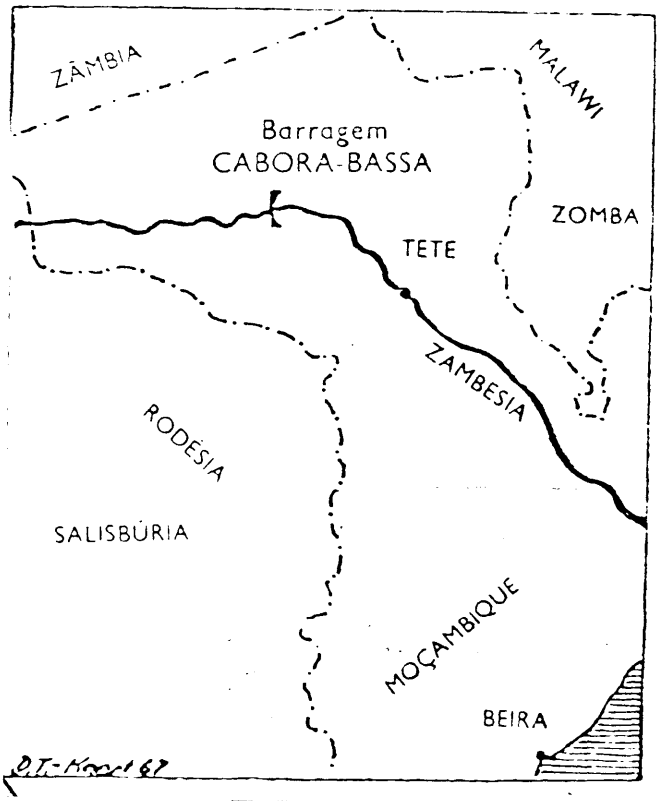
Do Incomati a Cabora Bassa distam apenas dez anos

António Fontoura

A enorme garganta do Zambeze exerceu durante muito tempo o seu fascínio sobre o homem. Até que este, coerente consigo mesmo, numa ânsia inelutável de domínio sobre quanto o rodeia decidiu, ali também, moldar a Natureza à sua feição e em seu benefício. De pensar a fazê-lo foi apenas a distância de um conceito de desenvolvimento – que não é bem o salto de uma cobra. Discutiram-se os sonhos, contabilizaram-se conveniências, juntaram-se esforços, e o rio foi arrestado na sua caminhada milenar através de desfiladeiros e planícies com destino à praia. Cabora Bassa foi feita. No penhasco agreste se plantou a barreira. Atrás desta, criou-se o maior lago do Continente. A terra virgem foi esquartejada, esventrada, e do seu seio surgiu pão. Subjacente à obra permaneceram os sonhos da coexistência dos povos e do progresso do subcontinente.

Iniciadas em 1966, as conversações entre a Africa do Sul e Portugal culminaram em 1969 com a assinatura, em Lisboa, dos documentos com que se formalizaram os acordos ancilares ao grande empreendimento. Subscreveram-no, pela parte portuguesa, o ministro do Ultramar, e, pela outra parte, o ZAMCO (Zambeze - Consórcio Hidroeléctrico), um dos três grandes grupos internacionais que se apresentaram a concurso, e a ESCOM (Electricity Supply Comission da Africa do Sul). Comprometia-se esta a adquirir a electricidade produzida, uma vez que fora criada para centralizar a produção, compra e distribuição de energia eléctrica em todo o território da República Sul-Africana.



Das intenções, falou o ministro de então, Prof. Silva Cunha: **Cabora-Bassa não será apenas uma grande barragem hidroeléctrica, a maior na Africa e a quinta no Mundo. Será, acima de tudo, um ponto de partida para a sistemática valorização da terra e dos homens, numa vasta área da bacia do Zambeze, com uma população de milhão e meio de almas e uma área de 220 000 quilómetros quadrados.** Cabora-Bassa, sublinhou, constituía **um exemplo do que deve ser a colaboração internacional, construtiva e leal, tendo em mente o desenvolvimento de territórios e o bem comum das populações.**

Concordou o Governo Sul-Africano, pela voz do seu embaixador. Aquele projecto ficaria **testemunho da nossa determinação de trabalhar em conjunto para benefício da Africa e do mundo livre.** Cabora-Bassa obrigava a **reflectir sobre o que os homens podem realizar quando motivados por um espírito de boa vontade e cooperação.**

As esperanças depositadas na grande realização justificavam-se. Do ponto de vista económico, e do ponto de vista político. Na verdade, a barragem vinha inserir-se numa rede de dependências estabelecida, no princípio do século, com a construção do porto de Lourenço Marques e do Caminho-de-Ferro de Lourenço Marques, e

mais tarde com a criação do porto da Beira e respectivas linha férrea e conduta de petróleo ligando a Rodésia ao Indico. Paralelamente a estes sistemas, funcionara sempre o acordo para o fornecimento de mão-de-obra às minas do Transvaal, e, na década de 60, aprofundaram-se outros esquemas, de integração económica e financeira. Cabora-Bassa era mais uma pedra no tabuleiro da integração económica da Africa Austral – no plano hidroeléctrico contava-se já com Kariba, na então Rodésia.

Em 1981, o folheto «A Energia na Africa do Sul», editado pela Embaixada deste país em Lisboa, esclarecia que «o estabelecimento de uma única rede eléctrica no território Sul-Africano tornou maiores as possibilidades de interligação com toda a Africa Austral. Uma rede global poderia assim utilizar de maneira mais económica a energia produzida em todo o vasto subcontinente, para benefício dos povos de todos os países que o compõem.

«O contrato feito entre a Africa do Sul e o Estado Português (assinado em Lisboa, em 19 de Setembro de 1969) para a compra pela ESCOM da electricidade produzida pela barragem de Cabora-Bassa, no Rio Zambeze, em Moçambique, pode ser considerado o primeiro passo para o estabelecimento dessa rede.

«A única electricidade importada pela ESCOM é a pequena percentagem que lhe é fornecida pela barragem de Cabora-Bassa, construída por força daquele contrato e de outro com o consórcio ZAMCO, quando Moçambique ainda era Portugal.

«Esta é, entre outras, uma das realidades que, segundo a proposta política do actual primeiro-ministro sul-africano, Pieter Botha, poderá servir de base à constelação de Estados da Africa Austral, para o progresso de todos os seus países e para benefícios de todos os seus povos».

A inserção de Angola pronunciava-se também na década de 60, se bem que mais nos planos económico e financeiro. Sonhava-se, mesmo, com um possível Mercado Comum, que não deixaria de conduzir, pelo menos, a uma aliança política e militar.

DE LISBOA A XANGAI

Uma vez construída, Cabora-Bassa seria a maior barragem de Africa. Erguendo-se 150 metros acima do nível médio do rio, ela teria capacidade para armazenar 65 mil milhões de metros cúbicos de água, assim criando um lago com a superfície de 2700 quilómetros quadrados, e 300 quilómetros de comprimento. O rio, por si, com um caudal de 2700 metros cúbicos por segundo e uma queda bruta disponível superior a 100 metros no local da barragem, garantia uma potência permanente de mais de 2100 MW, e 18 mil milhões de Kh/h anualmente.

Em comparação, a mais alta barragem portuguesa, a do Cabril, tem 132 metros de altura, a partir da fundação. A área da albufeira do Alto Rabagão é de 25 quilómetros quadrados, e a de Castelo do Bode, tem 59 quilómetros de comprimento. A barragem do Alto Rabagão armazena 550 milhões de metros cúbicos de água, e em Cabril, o caudal médio é de 50 metros cúbicos por segundo.

Como apontou a revista «Notícias da Africa do Sul», em Julho de 1968, «a barragem apresenta... os maiores grupos turbina-e-alternador do Mundo ocidental; a tensão de transporte mais elevada do Mundo – 1 066 000 vátios; e a linha mais comprida – 1400 quilómetros. As linhas de transporte atravessarão o território moçambicano desde Cabora-Bassa à região do Bafuri, onde penetram na Africa do Sul e até à subestação de Apollo, junto de Joanesburgo.

«Assim, se estendêssemos os condutores e os unissemos, poderíamos colocar uma extremidade em Lisboa e a outra em Xangai».

A dimensão da obra não assustou os poderes que ousaram projectá-la. Chegaram eles, no entanto, à conclusão de que seria conveniente criar uma instituição especial de crédito, para a canalização dos meios financeiros necessários. Assim, surgiu a Sociedade Financeira Portuguesa.

Coube a esta, uma vez estudado, ponderado, e aprovado o projecto, a difícil e trabalhosa missão de angariar e assegurar os meios necessários para a sua execução. Foram organizados consórcios financeiros internacionais, nomeadamente com bancos próximos do Estado na República Federal da Alemanha, França, Africa do Sul e, mais tarde, na Itália. A SFP assegurou, igualmente, todos os contratos de material e equipamento importado, incluída a tecnologia, e as despesas com mão-de-obra. Finalmente, a SFP garantia a assistência técnica de carácter financeiro.

Cabora-Bassa foi, pois, o «baptismo-de-fogo» da SFP

Quando se constituiu a Hidroeléctrica de Cabora-Bassa, o Estado português devia – por conta da barragem – aproximadamente 10 800 mil contos, em consequência da sua posição como financiador directo ou avalista. Daquele montante, a SFP era credora de 2112 mil contos, a Caixa Geral de Depósitos de 1 milhão de contos. O Banco de Fomento Nacional, o Banco Pinto e Sotto Mayor e outros estavam em linha, para montantes igualmente significativos mas de menor amplitude.

Em 1975, devido a modificações entretanto processadas, os credores tornaram-se accionistas da HBC. Estas posições vieram posteriormente a ser negociadas com o Estado, assumindo este os créditos dos bancos. Do que resultou que, como a SFP fosse posteriormente chamada a representar o Estado nos seus 4,290 mil contos, a Sociedade passasse a ser um dos principais accionistas da empresa.

COMO NOS IDOS DE 60

Na lógica do projecto inicial, o empreendimento pagar-se-ía com os rendimentos gerados pela barragem. Simplesmente, a análise não considerou então as consequências de um estado de beligerância, e este tem sido o meio envolvente na região desde o início da década de 70. Desde a inauguração da barragem não tem sido exequível o fornecimento dos quantitativos previstos no contrato assinado pela ESCOM. Ou porque os postes na linha de transmissão não escapam à tendência bombista dos guerrilheiros – os sabotadores de ontem são agora também as vítimas – ou porque ditâmes de carácter político impedem o entendimento entre vendedor e comprador.

Adicionalmente, ninguém previa na altura da assinatura dos contratos que o escudo não seria já, na década de 70, a moeda forte que nos habituáramos a que fosse. Por isso, os acordos foram estabelecidos em escudos, e em escudos – desvalorizados – se cobram hoje as contas. De acordo com notícias postas a circular na Imprensa, há meses, Portugal tem estado a perder desde que a barragem entrou em funcionamento, aproximadamente 5 milhões de contos por ano. O total das perdas ronda hoje a módica quantia de 50 milhões de contos.

Foi neste contexto de frustrante incapacidade para, só, solucionar o problema, que o Governo de Lisboa recebeu, em Novembro do ano passado, o ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Africa do Sul. Falando aos jornalistas, na conclusão dessa visita, Roelof «Pik» Botha declararia: **O principal problema são os prejuízos financeiros sofridos por Portugal. Todos os outros problemas derivam deste (de Cabora-Bassa),** ou relacionam-se com ele. Se bem me lembro, o primeiro-ministro **(português) disse que os prejuízos do ano passado ascenderam a cerca de 47 milhões de dólares, o que é realmente muito para um país que, como Portugal, está a procurar reduzir o défice da sua balança de pagamentos... a verdade é que nenhum país do Mundo gostaria de perder tal soma de dinheiro, e Portugal ainda menos.**

Naturalmente, não foram estes apenas os problemas que trouxeram a Lisboa o ministro sul-africano. É que Cabora-Bassa se integrava num projecto político e económico, e consequentemente na política assentava também, em parte, a solução do problema. A preceito, a sua visita ligava-se com outra, que aconteceu ser a do Presidente Machel, de Moçambique. E assim, enquanto por um lado se tendia aos aspectos técnicos e financeiros do pro-

blema, por outro preparava-se já o encontro de Incomati, em que falaria de paz, e de desenvolvimento na coexistência. Como nos idos da década de 60.

TROCA POR TROCA

Resolvidos, ou a caminho de resolução, os problemas políticos, caminha-se agora para a solução dos problemas financeiros. Pelo acordo de Incomati, procedeu-se à troca de concessões que se materializa na desactivação do apoio concedido aos contestatários moçambicanos (RNM) pela R.S.A., e sul-africanos (ANC) pela República de Moçambique. Esporadicamente haverá sabotagem da linha de transmissão, é certo, mas decerto também a ritmo que permitirá ainda o funcionamento da mesma. Estão pois criadas as condições para o reinício dos fornecimentos de energia.

Troca por troca.

Há que resolver agora as questões financeiras. E nesse sentido trabalham, neste momento, as comissões portuguesa e sul-africana que, nas últimas semanas, se têm reunido no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Portugal estaria à beira de alijar um pesadelo. Na verdade, no momento em que estas linhas são escritas, estariam já a ser dados os últimos retoques num acordo segundo o qual a República da África do Sul aceitaria uma subida de cem por cento nas tarifas previstas no acordo inicial, ou seja para 0,75 rands por KW.

Após sério revés, reassume-se a lógica integracionista da África Austral, que tem por pólo o país economicamente mais desenvolvido e mais activo do continente negro.